

Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Diretores e Conselheiros do

Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

São Caetano do Sul - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Mauá de Tecnologia - IMT "Instituto", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Mauá de Tecnologia - IMT em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		229	330	Fornecedores		3.900	1.646
Aplicações financeiras	4	369.782	349.350	Salários, férias e encargos sociais a pagar	10	8.299	8.193
Contas a receber de clientes	5	3.309	4.383	Impostos a vencer		283	257
Contas a receber de crédito educativo	6	5.764	6.272	Crédito educativo	6	2.046	1.769
Bancos conta vinculada	4	14.648	8.818	Outras contas a pagar		820	1.072
Estoque de materiais		347	270	Mensalidades antecipadas		1.035	1.039
Outros créditos		236	52	Total do passivo circulante		16.383	13.976
Despesas antecipadas		1.939	1.142				
Total do ativo circulante		396.254	370.617	Crédito educativo	6	379	405
				Outras contas a pagar		1.148	400
Realizável a longo prazo				Total do passivo não circulante		1.527	805
Contas a receber de crédito educativo	6	21.411	22.196				
Depósitos judiciais	9	55.702	41.776	Patrimônio líquido			
Outros créditos		124	230	Patrimônio social		500.458	483.000
		77.237	64.202	Ajustes de avaliação patrimonial		24.770	24.922
				Superávits acumulados		33.130	17.458
Imobilizado	7	101.824	103.955	Total do patrimônio líquido	11	558.358	525.380
Intangível		953	1.387				
		102.777	105.342				
Total do ativo não circulante		180.014	169.544				
				Total do passivo e patrimônio líquido		576.268	540.161
Total do ativo		576.268	540.161				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional	12	109.539	103.077
Custo dos serviços prestados			
Pessoal		(60.175)	(59.401)
Outros custos dos serviços prestados	13	<u>(19.337)</u>	<u>(19.477)</u>
		(79.512)	(78.878)
Superávit bruto operacional		<u>30.027</u>	<u>24.199</u>
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal administrativo		(10.184)	(9.639)
Despesas com vendas	14	(7.044)	(5.619)
Reversão (provisão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	15	2.263	(1.122)
Despesas gerais e administrativas		(5.897)	(5.020)
Depreciações e amortizações		(1.379)	(1.608)
Outras receitas e despesas operacionais		976	2.845
Provisão para contingências	9	<u>(109)</u>	<u>(99)</u>
		(21.374)	(20.262)
Superávit antes do resultado financeiro		<u>8.653</u>	<u>3.937</u>
Receitas financeiras	16	25.046	15.972
Despesas financeiras	16	<u>(721)</u>	<u>(2.606)</u>
Receitas financeiras, líquidas		<u>24.325</u>	<u>13.366</u>
Superávit do exercício		<u><u>32.978</u></u>	<u><u>17.303</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	32.978	17.303
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>32.978</u></u>	<u><u>17.303</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	462.708	25.077	20.292	508.077
Incorporação ao patrimônio social	20.292	-	(20.292)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(155)	155	-
Superávit do exercício	-	-	17.303	17.303
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2020	483.000	24.922	17.458	525.380
Incorporação ao patrimônio social	17.458	-	(17.458)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(152)	152	-
Superávit do exercício	-	-	32.978	32.978
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>500.458</u>	<u>24.770</u>	<u>33.130</u>	<u>558.358</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos operacionais	107.119	97.742
Pagamentos de pessoal, materiais e serviços	(97.528)	(95.484)
Pagamentos de contingências - Novos depósitos judiciais	(10.286)	(10.591)
Outros recebimentos/pagamentos operacionais	599	2.069
Rendimentos e despesas financeiras	20.068	10.568
	<u>19.972</u>	<u>4.304</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	19.972	4.304
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo imobilizado	(3.216)	(4.159)
Aplicações financeiras	(20.432)	(3.602)
Bancos conta vinculada	(5.830)	(3.143)
Outros	(354)	(382)
	<u>(29.832)</u>	<u>(11.286)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(29.832)	(11.286)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Movimento do crédito educativo	9.759	7.051
	<u>9.759</u>	<u>7.051</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	9.759	7.051
(Redução) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(101)</u>	<u>69</u>
(Redução) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(101)	69
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	330	261
	<u>229</u>	<u>330</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>229</u>	<u>330</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Mauá de Tecnologia - IMT (“Instituto” ou “IMT”) tem por finalidade promover o ensino técnico-científico em grau universitário e em todos os demais graus, bem como a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, visando à formação, nos seus campos de atuação, de recursos humanos altamente qualificados.

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos e goza de imunidade tributária.

1.1 Impacto da Covid-19 nas operações:

A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial.

Mesmo diante deste cenário, o Instituto manteve a prestação de serviços educacionais e de ensaios e pesquisas ao longo de 2020 e 2021 e com alta qualidade, apesar de todas as condições adversas e inesperadas resultantes da pandemia do Coronavírus (Covid-19). Para que isso fosse possível foi essencial o engajamento dos alunos, professores e do corpo técnico-administrativo. As aulas foram realizadas remotamente de forma síncrona durante o primeiro semestre e, gradativamente a partir do segundo semestre de 2021, presencialmente, seguindo os protocolos de segurança e as recomendações de higiene e distanciamento propagadas pelas autoridades competentes. Iniciando com as atividades práticas de laboratório e posteriormente com as aulas de teoria, exercícios e projetos (estas também, com transmissão “online” de forma síncrona para os alunos impossibilitados de comparecerem).

A Administração continua monitorando suas operações com o intuito de reduzir custos, renegociar com fornecedores e fortalecer serviços que possam contribuir com os alunos e os demais clientes.

O Instituto não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração Executiva do Instituto em 25 de fevereiro de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Instituto estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Instituto possui aplicações no fundo semiexclusivo Barão de Mauá Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado. Este fundo não foi consolidado em função de não ter efeitos

relevantes para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, tomadas em conjunto.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção pelos instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Determinação da mensuração de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	Nota 5
Determinação do ajuste para créditos de liquidação duvidosa em crédito educativo	Nota 6
Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível	Nota 7
Determinação mensuração das provisões para contingências	Nota 9

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

O Instituto aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e são efetuadas em investimento de baixo risco.

c. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência e registradas por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização. São classificadas no

circulante e não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração do Instituto para cobrir prováveis perdas na realização de créditos a receber e é calculada levando-se em consideração os índices históricos de recuperação.

A exposição do Instituto a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao “Contas a receber de clientes” está divulgada na Nota Explicativa nº 17.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando necessário, por perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Bens adquiridos com recursos de contratos de parcerias

Refere-se aos valores recebidos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) provenientes de reserva técnica institucional e destinados exclusivamente à projetos de pesquisas, e já empregados na aquisição de ativos imobilizados, os quais inicialmente, deverão ser devolvidos à FAPESP ao término do contrato de parceria. O valor desses ativos está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação. De forma concomitante, os valores já empenhados na aquisição desses ativos são mantidos em conta de passivo não circulante (outras contas a pagar), uma vez que o Instituto, embora detenha o direito de uso dos ativos durante o período de vigência contratual, deverá devolver ao parceiro, exceto se houver o recebimento desses bens em doação. Em caso de confirmação de evento de doação dos bens para o Instituto, este passivo se reverte em receita no exercício de competência.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Edifícios	50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	23 anos

A taxa de depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros segue o prazo de vigência dos contratos de comodato firmados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

Ativos intangíveis que são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de cinco anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2021 e 2020, o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

Ativos financeiros registrados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou

perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos, contas a receber de crédito educativo e outros créditos provenientes de prestação de serviços de ensaios e pesquisas.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, mensalidades antecipadas, créditos educativos e outras contas a pagar.

(iii) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

O Instituto não possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2020 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

g. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Instituto considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Instituto, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis do Instituto. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas esperadas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como os títulos vencidos há mais de 180 dias – que são 100%

provisionados para perdas. Além da provisão desses montantes de elevada maturidade, a Entidade provisiona perdas esperadas para os valores constantes em todas as demais faixas de maturidade de suas contas a receber, incluindo os títulos à vencer, conforme critérios detalhados na nota explicativa nº 5.

Os créditos educativos a receber (conforme nota explicativa nº 6) também estão sujeitos à provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, que são constituídas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade, seguindo as seguintes premissas:

- Créditos educativos a receber vencidos, que estejam em cobrança judicial ou que foram renegociados e firmados acordos (mesmo que estejam a vencer) são 100% provisionados para perdas; e
- Demais créditos educativos a receber de longo prazo estão sujeitos ao percentual médio de perda esperada com base no histórico de inadimplência e no método de rolagem de 19,94% em 2021 (26,6% em 2020).

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido, sobre condições de que o Instituto não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos do Instituto, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas do Instituto.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. A Administração do Instituto não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2021.

h. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se o Instituto tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Instituto tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Instituto é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j. Reconhecimento das receitas operacionais

As receitas incluem, principalmente, mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), serviços de ensaios e pesquisas, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados, líquidas de descontos comerciais e quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Instituto, (iii) o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável.

Vide critérios específicos, a seguir:

(i) Ensino (Graduação e Pós-graduação)

A receita de prestação de serviços de ensino é reconhecida pelo regime de competência, com base nos valores estabelecidos através de um contrato assinado entre o aluno ou seu responsável e o Instituto. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

(ii) Ensaios e pesquisas

A receita de prestação de serviços de ensaios e pesquisas é reconhecida pelo regime de competência, com base na realização dos serviços contratados. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

k. Mensalidades antecipadas

Como prática de negócio e mercado de atuação do Instituto, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao longo do exercício social em curso. Consequentemente, são reconhecidas como mensalidades antecipadas, no passivo circulante, as mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pelo Instituto no exercício social em curso, além de mensalidades pagas antecipadamente.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas por receitas de juros sobre as aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as tarifas bancárias.

m. Gerenciamento de risco financeiro

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites dos riscos enfrentados. São revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de mercado.
-

O Instituto apresenta informações, políticas e processos para manutenção e gerenciamento dos riscos supramencionados.

n. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse tais serviços em mercado similar. O Instituto registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.

o. Arrendamentos - CPC 06 (R2)

Os arrendamentos contratados pelo Instituto são arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses) e itens de baixo valor que são constituídos por estruturas de uso temporário para eventos e feiras como tendas, balcões, geradores de energia, aparelhos de som e televisão, andaimes para obras de conservação e manutenção, cilindros de gás para uso nos laboratórios e outros itens também de baixo valor monetário. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4 Aplicações financeiras e bancos conta vinculada

Aplicações financeiras

Banco	Modalidade	2021	2020
Itaú - Active Fix 5	Fundos-DI	96.348	72.726
Itaú - Active Fix	Fundos-DI	53.927	68.509
Safra – Capital Market	Fundos-DI	51.395	-
Bradesco – Performance	Fundos-DI	49.164	-
Safra - BRM - Barão de Mauá (a)	Fundos-DI	41.859	40.714
Bradesco-CRED. PRIVADO	Fundos-DI	33.452	31.207
Santander-Di-Premium-DI	Fundos-DI	27.339	39.739
Itaú – Optimus RF	Fundos-DI	16.040	-
Santander-CDB-Caucionado	CDB	164	360
Bradesco S/A - Invest. Fácil	CDB	94	285
Safra - EXEC PREMIUM RF	Fundos-DI	-	49.273
Bradesco-DI-TOP	Fundos-DI	-	46.537
		<u>369.782</u>	<u>349.350</u>

Compreendem basicamente aplicações financeiras, as quais estão vinculadas à remuneração entre 100% a 103% do CDI em 2021 e 2020, que o Instituto contrata com instituições financeiras de primeira linha.

- (a) Refere-se ao fundo semiexclusivo Barão de Mauá, constituído em 12 de julho de 2016 e com início das atividades em 1º de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, destinado a um grupo restrito de investidores que pertençam a um mesmo grupo econômico, ou que, por escrito, determinem esta condição para a Administradora, investidores em geral, para aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento de classes diversas e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento de classes diversas, sem possuir o compromisso de concentração em nenhuma estratégia específica. O fundo pode adquirir ativos financeiros negociados no exterior, até o limite admitido pelo regulamento em vigor. Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora ou por nenhum mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e, por sua própria natureza, sujeitam o Fundo às oscilações do mercado e aos riscos inerentes a tais investimentos, podendo resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais. A rentabilidade ao ano do fundo foi de 2,81% em 2021 e 2,62% em 2020.

Bancos conta vinculada

	2021	2020
Total	<u>14.648</u>	<u>8.818</u>

Bancos conta vinculada referem-se a depósitos vinculados especificamente às operações de crédito educativo do Fundo Mauá de Bolsas, Fundo Dr. Alfredo E.A. Villela e Fundo Gabriel Jorge Salomão. Tais fundos foram constituídos com a finalidade de conceder crédito educativo aos alunos de graduação do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia.

O aumento de 66,1% ocorrido nesta rubrica foi motivado pela redefinição dos critérios de concessões e por recebimentos relevantes de períodos anteriores. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 6.

5 Contas a receber de clientes

O saldo inclui parcelas a receber de clientes pessoas físicas (mensalidades de cursos) e jurídicas (ensaios e pesquisas). Em 31 de dezembro, o saldo está assim representado:

	2021	2020
Contas a receber de alunos	14.274	16.142
Contas a receber de ensaios e pesquisas	<u>1.835</u>	<u>1.581</u>
	<u>16.109</u>	<u>17.723</u>
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	<u>(12.800)</u>	<u>(13.340)</u>
	<u>3.309</u>	<u>4.383</u>

A exposição do Instituto a risco de crédito e perdas por redução ao valor recuperável relacionada ao contas a receber de alunos pode ser assim apresentada:

Avaliação de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa

O Instituto utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa com contas a receber. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

O saldo do contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue nos quadros abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política do Instituto:

31/12/2021				
	Saldo do contas a receber	Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	Taxa média ponderada de perda esperada (%)	Saldo líquido
A vencer (*)	2.763	(1.909)	69,09%	854
Vencidos:				
1 a 30 dias	1.475	(168)	11,39%	1.307
31 a 60 dias	484	(152)	31,40%	332
61 a 90 dias	459	(208)	45,32%	251
91 a 180 dias	1.286	(721)	56,07%	565
Acima de 180 dias	9.642	(9.642)	100,00%	-
Total geral	16.109	(12.800)	-	3.309
31/12/2020				
	Saldo do contas a receber	Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	Taxa média ponderada de perda esperada (%)	Saldo líquido
A vencer (*)	2.306	(1.184)	51,34%	1.122
Vencidos:				
1 a 30 dias	1.209	(226)	18,69%	983
31 a 60 dias	582	(177)	30,41%	405
61 a 90 dias	545	(175)	32,11%	370
91 a 180 dias	2.466	(963)	39,05%	1.503
Acima de 180 dias	10.615	(10.615)	100,00%	-
Total geral	17.723	(13.340)	-	4.383

(*) Acordos de títulos a receber de prestação de serviços de ensino renegociados e originalmente vencidos a mais de 180 dias e títulos a vencer de prestação de serviços de ensaios e pesquisas.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida, ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(i) Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(12.317)
Perdas no recebimento	99
Complemento de provisão no exercício	<u>(1.122)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(13.340)</u>
Perdas no recebimento	59
Reversão de provisão no exercício (a)	<u>481</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(12.800)</u>

- (a) Reversão de provisão da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 481 pela diminuição do contas a receber de R\$ 17.723 em 2020 para R\$ 16.109 em 2021.

6 Contas a receber de crédito educativo

Referem-se a crédito educativo concedido por fundos, que será ressarcido mensalmente pelos alunos beneficiados, decorrido um prazo de carência a partir de sua formatura. Os fundos são:

- Fundo Mauá de Bolsas - Constituído em 1966 com recursos próprios e doações;
- Fundo Dr. Alfredo Egydio Arruda Villela - Convênio firmado em 1989 com o Banco Itaú S.A; e
- Fundo Gabriel Jorge Salomão - Convênio firmado em 2001 com a empresa Saltum Participações e Empreendimentos S/C Ltda.

	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
Fundo Mauá de Bolsas	35.743	38.815	-	-
Fundo “Dr. Alfredo E.A.Villela”	600	726	2.074	1.974
Fundo “Gabriel Jorge Salomão”	<u>258</u>	<u>259</u>	<u>629</u>	<u>602</u>
Subtotal	<u>36.601</u>	<u>39.800</u>	<u>2.703</u>	<u>2.576</u>
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (a)	<u>(9.426)</u>	<u>(11.332)</u>	<u>(278)</u>	<u>(402)</u>
Saldo líquido	<u>27.175</u>	<u>28.468</u>	<u>2.425</u>	<u>2.174</u>
Total circulante	<u>5.764</u>	<u>6.272</u>	<u>2.046</u>	<u>1.769</u>
Total não circulante	<u>21.411</u>	<u>22.196</u>	<u>379</u>	<u>405</u>

(i) Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de crédito educativo

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(11.332)</u>
Provisão no exercício	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(11.332)</u>
Reversão de provisão no exercício (a)	<u>1.906</u>

- Saldo em 31 de dezembro de 2021 (9.426)
- (a) Em 2021 o saldo da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi ajustado pela reversão de R\$ 1.906 (R\$ 1.782 na conta contábil de resultado reversão (provisão) por redução ao valor recuperável de contas a receber e R\$ 124 nas contas (fatos permutativos) contábeis redutoras do ativo e passivo referentes aos fundos/convênios “Dr. Alfredo E.A.Villela” e Fundo “Gabriel Jorge Salomão). O ajuste foi motivado pela diminuição do saldo de contas a receber do crédito educativo, aumento dos recebimentos, redefinição de critérios para os novos casos de concessões e redução do número de alunos ingressantes. A provisão para perda esperada constituída estima 100% de perda esperada em todas as faixas de atrasos dos títulos vencidos (constituído em sua integralidade por ex-alunos) e, um percentual médio de probabilidade de perda esperada, apurado considerando os eventos passados, condições atuais e previsão de condições econômicas futuras, que é aplicado nos títulos a vencer. A provisão constituída de probabilidade de perda esperada em 2021 corresponde a 25,8% do contas a receber (26,6% em 2020).

7 Imobilizado

	Taxa de depreciação % a.a	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2021	2020
Terrenos	-	34.082	-	34.082	34.082
Edifícios e arruamentos	2	67.981	(29.264)	38.717	40.257
Máquinas, equipamentos e instalações	10	55.387	(37.757)	17.630	19.166
Equipamentos de informática	20	18.676	(14.623)	4.053	5.573
Móveis e utensílios	10	6.565	(4.430)	2.135	1.938
Veículos	20	585	(513)	72	4
Livros e revistas para biblioteca	10	3.475	(3.235)	240	264
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	2.154	(2.124)	30	32
Obras e importações em andamento	-	4.865	-	4.865	2.639
		193.770	(91.946)	101.824	103.955

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edifícios e Arruamentos	Máquinas, equipamentos e instalações (a)	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Livros e revistas biblioteca	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras e importações em andamento (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.082	41.748	20.131	7.261	2.208	54	321	34	990	106.829
Adições	-	-	1.240	604	31	-	25	-	2.644	4.544
Baixas líquidas	-	-	(149)	(49)	(17)	(69)	(25)	-	(100)	(409)
Transferências	-	49	846	-	-	-	-	-	(895)	-
Depreciações	-	(1.540)	(2.902)	(2.243)	(284)	19	(57)	(2)	-	(7.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.082	40.257	19.166	5.573	1.938	4	264	32	2.639	103.955
Adições (a)	-	-	785	674	467	1	40	-	3.106	5.073
Baixas líquidas	-	-	(219)	(554)	(30)	-	-	-	-	(803)
Transferências	-	-	751	-	49	80	-	-	(880)	-
Depreciações	-	(1.540)	(2.853)	(1.640)	(289)	(13)	(64)	(2)	-	(6.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.082	38.717	17.630	4.053	2.135	72	240	30	4.865	101.824

- (a) O Instituto adquiriu equipamentos no montante de R\$ 1.151 (R\$ 907 com recursos do contrato de convênio e R\$ 244 com recursos próprios (para os custos de importações). Esta aquisição se deu através do convênio entre o Instituto e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), provenientes de reserva técnica institucional e destinados exclusivamente à projetos de pesquisas. O Instituto detém o direito de uso dos equipamentos durante o período do projeto com vigência de 01/11/2021 a 31/10/2027 e, após a conclusão receberá esses bens em doação. Parte desses equipamentos já estão em uso pelo Instituto e encontram-se nas adições de máquinas, equipamentos e instalações no montante de R\$ 241 e parte ainda encontra-se em fase de importação, no montante de R\$ 910, com previsão de recebimento até 30/04/2022.

O mesmo montante já empenhado na aquisição desses ativos por meio dos recursos do contrato de convênio encontra-se registrado na rubrica de outras contas a pagar no passivo não circulante, pois representa a obrigação de devolução desses ativos à FAPESP após o projeto estar concluído. Em caso de confirmação de evento de doação dos bens para o Instituto, este passivo se reverte em receita no exercício de competência.

8 Previdência complementar

Em 22 de março de 2000, foi constituído Plano de Previdência Complementar de Contribuição Variável com o Itaú Previdência e Seguro S.A., oferecido a todos os funcionários do Instituto. Trata-se de plano de contribuição definida, estando a cargo dos participantes contribuições mensais calculadas em percentual variável de acordo com o salário. As contribuições do Instituto, em contrapartida a dos participantes, são calculadas em percentual relacionado ao valor da contribuição do participante, considerando a sua idade. Essas contribuições mensais totalizaram R\$ 1.421 em 2021 (R\$ 1.471 em 2020).

9 Depósitos judiciais e provisão para contingências

O Instituto está questionando judicialmente matérias de ordens tributária e trabalhista para as quais foram constituídas provisões para atender a eventuais perdas. Os montantes provisionados a título dessas provisões são julgados suficientes pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

	2021			2020		
	Depósitos judiciais	Montante Provisionado	Ativo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Ativo líquido
Contribuições previdenciárias até abril de 2017 (a.i)	261.671	(261.671)	-	256.265	(256.265)	-
Processos trabalhistas e ações cíveis	98	(605)	(507)	-	(2.125)	(2.125)
Contribuições previdenciárias a partir de maio de 2017 (a.ii)	53.778	-	53.778	42.022	-	42.022
PIS (b)	2.431	-	2.431	1.879	-	1.879
	<u>317.978</u>	<u>(262.276)</u>	<u>55.702</u>	<u>300.166</u>	<u>(258.390)</u>	<u>41.776</u>

A seguir, apresentamos um demonstrativo da movimentação da provisão para contingências:

	2021					Saldo final 2021
	Saldo inicial 2020	Atualização monetária	Provisões	Reversão de provisões	Pagamentos	
Contribuições previdenc. até abril 2017 (a.i)	(256.265)	(5.406)	-	-	-	(261.671)
Processos trabalhistas e ações cíveis (c)	<u>(2.125)</u>	<u>-</u>	<u>(109)</u>	<u>-</u>	<u>1.629</u>	<u>(605)</u>
Total de contingências	<u><u>(258.390)</u></u>	<u><u>(5.406)</u></u>	<u><u>(109)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.629</u></u>	<u><u>(262.276)</u></u>

	2020					
	Saldo inicial 2019	Atualização monetária	Provisões	Reversão de provisões	Pagamentos	Saldo final 2020
Contribuições previdenc. até abril 2017 (a.i)	(252.885)	(3.380)	-	-	-	(256.265)
Processos trabalhistas e ações cíveis (c)	<u>(3.010)</u>	<u>-</u>	<u>(99)</u>	<u>34</u>	<u>950</u>	<u>(2.125)</u>
Total de contingências	<u><u>(255.895)</u></u>	<u><u>(3.380)</u></u>	<u><u>(99)</u></u>	<u><u>34</u></u>	<u><u>950</u></u>	<u><u>(258.390)</u></u>

A seguir, apresentamos um demonstrativo da movimentação dos depósitos judiciais:

	2021				
	Saldo inicial 2020	Novos depósitos	Levantamento de depósitos	Atualização monetária	Saldo final 2021
<i>Depósitos judiciais com provisão para contingências</i>					
Contribuições previdenciárias até abril de 2017 (a.i)	256.265	-	-	5.406	261.671
Processos trabalhistas-depósitos recursais (c)	<u>-</u>	<u>98</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>98</u>
	<u>256.265</u>	<u>98</u>	<u>-</u>	<u>5.406</u>	<u>261.769</u>
<i>Depósitos judiciais sem provisão para contingências</i>					
Contribuições previdenciárias a partir de maio de 2017 (a.ii)	42.022	9.823	-	1.933	53.778
PIS (b)	<u>1.879</u>	<u>463</u>	<u>-</u>	<u>89</u>	<u>2.431</u>
	<u>43.901</u>	<u>10.286</u>	<u>-</u>	<u>2.022</u>	<u>56.209</u>
Total de depósitos judiciais	<u><u>300.166</u></u>	<u><u>10.384</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>7.428</u></u>	<u><u>317.978</u></u>

	2020				
	Saldo inicial 2019	Novos depósitos	Levantamento de depósitos	Atualização monetária	Saldo final 2020
<i>Depósitos judiciais com provisão para contingências</i>					
Contribuições previdenciárias até abril de 2017 (a.i)	<u>252.885</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.380</u>	<u>256.265</u>
<i>Depósitos judiciais sem provisão para contingências</i>					
Contribuições previdenciárias a partir de maio de 2017 (a.ii)	31.028	10.113	-	881	42.022
PIS (b)	<u>1.361</u>	<u>478</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>1.879</u>
	<u>32.389</u>	<u>10.591</u>	<u>-</u>	<u>921</u>	<u>43.901</u>
Total de depósitos judiciais	<u><u>285.274</u></u>	<u><u>10.591</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>4.301</u></u>	<u><u>300.166</u></u>

a. Contribuições previdenciárias

Referem-se às contribuições previdenciárias do Instituto (cota patronal), cuja obrigação vem sendo discutida e depositada judicialmente desde 1999.

(i) Contribuições previdenciárias até abril de 2017

Ação ordinária relativa à contribuição social que trata o parágrafo 7º do art. 195 da Constituição Federal declarando a inexistência da relação jurídica que autorizasse o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a exigir as contribuições sociais-patronais (desde que atendidos os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, e só deles) para o período de maio de 1999 a abril de 2017. Em 24 de março de 2017, a ação transitou em julgado com decisão desfavorável ao IMT. Os assessores jurídicos solicitaram o levantamento dos valores depositados sem justa causa, referentes às contribuições ao salário educação, FNDE, SENAC, SESC, SEBRAE e INCRA intituladas como contribuição de intervenção no domínio econômico, compreendidos entre o período de 3 de maio de 1999 e 20 de outubro de 2010, visando postergar eventual pedido de conversão em renda a favor da União. O Instituto mantém provisão para contingências e depósitos judiciais para a integralidade da ação.

(ii) Contribuições previdenciárias a partir de maio de 2017

Em 16 de junho de 2017, o Instituto ingressou com uma nova ação judicial para os fatos ocorridos a partir deste período, em razão de o Supremo Tribunal Federal ter reconhecido que a lei ordinária não pode dispor sobre os requisitos da limitação do poder de tributar da Administração Pública e, atualmente, a lei que rege essa limitação é uma lei ordinária, quando, no entendimento da Suprema Corte, deveria ser lei complementar. A classificação de perda desse novo processo não é provável. Dessa forma, o Instituto realiza os depósitos judiciais sem a respectiva provisão para contingências.

b. Programa de Integridade Social (PIS)

Refere-se à contribuição que é calculada sobre a folha de pagamento de salários que está sendo discutida judicialmente. O Instituto está contestando judicialmente o recolhimento desta contribuição e requerendo o indébito dos últimos cinco anos. Atualmente, a lei que dispõe sobre esta contribuição é uma lei ordinária. Todavia o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a lei ordinária não pode dispor sobre os requisitos da limitação do poder de tributar da Administração Pública, e sim lei complementar. O Instituto, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, que entendem que o risco de perda é remoto, não está constituindo a provisão, porém realizando os depósitos judiciais.

c. Processos trabalhistas e ações cíveis

Referem-se a processos movidos por ex-professores e ex-funcionários do Instituto que estão em andamento e a processos de ações cíveis. O Instituto possui ações dessa natureza que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível. Em 31 de dezembro de 2021 o montante é de R\$ 3.775 (R\$ 1.020 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, existem outras matérias de ordem tributária não vinculados a processos judiciais para as quais não foram constituídas provisões pela Administração, visto que a probabilidade de perda é possível. As principais causas são como seguem:

(i) Imposto de renda na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras

Os rendimentos das aplicações financeiras realizadas pelo Instituto não vêm sofrendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, em razão de liminar com efeito suspensivo de cobrança, obtida

em mandado de segurança impetrado e em medida cautelar deferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.802, que suspende, até a decisão final da ação, a aplicação do disposto no parágrafo primeiro do art. 12 da Lei nº 9.532/97, que instituiu a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras para entidades imunes. O montante estimado relativo aos exercícios de 2017 a 2021 é de R\$ 24.240.

(ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Supremo Tribunal Federal concedeu liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-5, suspendendo a eficácia da Lei nº 9.732/98, arts. 4º e 7º, que, a partir de 1º de abril de 1999, cancelava toda e qualquer isenção concedida em caráter geral e especial de contribuição para a seguridade social. No entendimento dos assessores legais do Instituto, as exigências contidas nos dispositivos da lei estão suspensas, não podendo ser aplicadas, para efeito de cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro a entidades imunes. O montante estimado relativo aos exercícios de 2017 a 2021 é de R\$ 17.681.

10 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2021	2020
Férias a pagar	3.438	3.308
Salários a pagar	2.381	2.411
IRRF a recolher sobre folha de pagamento	1.632	1.645
FGTS a recolher sobre folha de pagamento	419	414
INSS a recolher sobre folha de pagamento	380	371
Outras obrigações com pessoal	49	44
	<hr/>	<hr/>
	8.299	8.193
	<hr/>	<hr/>

11 Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, o Instituto deve aplicar integralmente suas rendas, recursos e superávits na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

12 Receita operacional líquida

O Instituto gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de graduação, pós-graduação e de ensaios e pesquisas.

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultados dos exercícios:

	2021	2020
Mensalidade - Graduação	99.383	99.062
Mensalidade - Pós-graduação	7.184	3.340
Ensaio e pesquisas	12.751	7.993
Receita com trabalhos voluntários	143	119
	119.461	110.514
Bolsas de estudo	(9.395)	(7.052)
Descontos, abatimentos e desistências	(527)	(385)
	(9.922)	(7.437)
	109.539	103.077

- **Graduação:** prestação de serviços relativa a cursos de graduação em Administração, Design, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Engenharia Química do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia.
- **Pós-graduação:** prestação de serviços relativa a cursos de pós-graduação em Engenharia, Tecnologia da Informação e Gestão do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, sendo classificadas ainda entre especialização/MBA, aperfeiçoamento e atualização.
- **Ensaio e pesquisas:** prestação de serviços do Centro de Pesquisas do Instituto Mauá de Tecnologia. A flexibilização das medidas de contenção do coronavírus no ano 2021 favoreceu a retomada das atividades econômicas e, proporcionou um aumento de 115,1% nas receitas de prestação de serviços relativa a cursos de pós-graduação com maior número de alunos matriculados e as receitas de prestação de serviços de ensaios e pesquisas cresceram 59,5% com acréscimos de contratos.
- **Bolsas de estudo** gratuitas concedidas a alunos indicados pelas Prefeituras de São Paulo e de São Caetano do Sul, funcionários, filhos de funcionários e de professores, alunos irmãos, cônjuges, pais e filhos, ex-alunos, melhores alunos de cada série, melhores alunos classificados no processo seletivo e aos alunos indicados pela presidência do IMT.
- **Descontos e abatimentos** concedidos a ex-alunos dos cursos de graduação que estão cursando pós-graduação e **desistências** ocorridas durante o exercício.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47
Prestação de serviços	<p>O Instituto obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), ensaios e pesquisas, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares, no momento da prestação de serviço.</p> <p>Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.</p>	<p>As receitas são reconhecidas ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. O preço das mensalidades é individual por cursos, determinado com base nos preços de tabela em que o Instituto vende serviços em transações separadas.</p> <p>As mensalidades recebidas antecipadamente são reconhecidas como receitas diferidas, no passivo circulante; as mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pelo Instituto no exercício social em curso e que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.</p>

13 Custo dos serviços prestados - Outros

	2021	2020
Depreciações e amortizações	(6.277)	(6.269)
Energia elétrica, telefone e água	(2.678)	(2.569)
Conservação e manutenção	(2.423)	(2.815)
Materiais didáticos e de consumo	(1.495)	(1.216)
Combustíveis e lubrificantes	(982)	(759)
Diversos	(5.482)	(5.849)
	<u>(19.337)</u>	<u>(19.477)</u>

14 Despesas com vendas

	2021	2020
Divulgação, anúncio e publicidade	(7.044)	(5.619)

15 Reversão (provisão) por redução ao valor recuperável de contas a receber

	2021	2020
Reversão (provisão) no exercício – Clientes (nota explicativa nº 5)	481	(1.122)
Reversão no exercício – Crédito educativo (nota explicativa nº 6)	<u>1.782</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.263</u>	<u>(1.122)</u>

16 Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras (a)	18.779	11.501
Outras receitas financeiras	<u>6.267</u>	<u>4.471</u>
Total	<u>25.046</u>	<u>15.972</u>
Despesas financeiras		
Perdas financeiras (b)	-	(2.436)
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	<u>(721)</u>	<u>(170)</u>
Total	<u>(721)</u>	<u>(2.606)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>24.325</u>	<u>13.366</u>

- (a) O aumento expressivo de 63,28% nas receitas com rendimentos de aplicações financeiras (constituídas de fundos DI e CDBs) se deu pela variação anual da taxa de juros Selic, no ano de 2021 encerrou em 9,25% a.a. (2,00% a.a. em 2020).
- (b) Perdas financeiras referentes as desvalorizações das cotas das aplicações financeiras dos fundos DI nos meses de março, abril e setembro de 2020, não ocorridas em 2021.

17 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

O Instituto possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Instituto para cada um dos riscos acima, seus objetivos, suas políticas e seus processos de mensuração e gerenciamento de riscos.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Instituto caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Instituto representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a receber de crédito educativo.

Exposição a risco de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	229	330
Aplicações financeiras	369.782	349.350
Bancos conta vinculada	14.648	8.818
Contas a receber de clientes	16.109	17.723
Contas a receber do crédito educativo	36.601	39.800
Total	437.369	416.021

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A política de gestão de risco corporativo determina que o Instituto avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Instituto. Este possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.
- **Contas a receber de clientes e do crédito educativo** - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas anualmente, momento no qual os débitos são quitados e/ou renegociados. E para o contas a receber do crédito educativo, o ressarcimento ocorre mensalmente decorrido um prazo de carência após a sua formatura. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2021, o Instituto possuía provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 12.800 sobre o contas a receber de clientes, e de R\$ 9.426 sobre o contas a receber do crédito educativo, para fazer face ao risco de crédito.

a. Risco de liquidez

O Instituto adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

b. Estimativa do valor justo

O Instituto divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Valor justo versus valor contábil

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

c. Hierarquia do valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes dos mencionados abaixo em outras categorias:

Ativos	Classificação	Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e Equivalentes de caixa – Bancos conta movimento	Custo amortizado	Nível 1	229	330
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	369.782	349.350
Bancos conta vinculada	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	14.648	8.818
Outros créditos	Custo Amortizado	Nível 1	360	282
			<u>385.019</u>	<u>358.780</u>
Passivos	Classificação		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		3.900	1.646
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		1.968	1.472
			<u>5.868</u>	<u>3.118</u>

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- **Nível I** - Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível II** - Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- **Nível III** - Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Instituto classificou como Nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e como Nível II os ativos financeiros, incluindo as aplicações financeiras.

18 Partes relacionadas

O Instituto contratou os serviços especializados da empresa Associação Brasileira de Soldagem, controlada pelo Sr. Daniel Marques de Almeida, atual presidente do IMT. O Instituto incorreu o total de despesas no exercício de 2021 na quantia de R\$ 84. No exercício de 2020 não ocorreram transações com partes relacionadas.

19 Remuneração da Administração

O Instituto não remunera os membros da sua Diretoria Estatutária, tampouco seu presidente. O Instituto não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

20 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função de o Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do Lalur, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita de ensino, ensaios e pesquisas (ISS 5%).

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

* * *

Francisco José Olivieri
Superintendente-geral

Norberto Giuntini
Superintendente-financeiro

Valdecir Jorge Aparecido Leonardo
Superintendente-administrativo

Rosilene Aparecida Padeti Vera
Contadora
CRC 1SP218777/O-3